

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2023 e
Relatório dos auditores independentes**

Conteúdo

Relatório de Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	15



Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da **Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.** (“PCTE” ou “Companhia”) para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

Cenário

A **Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.** (“PCTE” ou “Companhia”) atua no segmento de transmissão de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 17 anos de existência. Em 2023, a Concessionária manteve as atividades de operação e manutenção de quatro subestações e 300,50 km de linhas com capacidade instalada de 440/500 kV, autorizada conforme Contrato de Concessão nº 002/2007.

Transmissão

Contando com quatro subestações em 500 e 440 kV e 300,50 km de linhas de transmissão em 500 kV, a área de transmissão da Outorgada transporta a energia recebida do Sistema Interligado (vide detalhamento no quadro abaixo). Além de usar suas linhas de transmissão para prover energia a consumidores em São Paulo e Minas Gerais, a Outorgada transmite energia para outras empresas usuárias do Sistema Interligado Brasileiro.

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas

Linhas de Transmissão	Circuito	Tensão(Kv)	Extensão (Km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação comercial	Vencimento da Outorga
LT 500 kV ESTREITO /JAGUARA-SE C-1	C1	500	46,87	--	18/09/2009	20/04/2037
LT 500 kV ESTREITO /RIBEIRAO PRETO C-1	C1	500	118,13	--	18/09/2009	20/04/2037
LT 500 kV POCOS CALDAS /RIBEIRAO PRETO C-1	C1	500	136,43	--	18/09/2009	20/04/2037
Transformação	Nº	Tensão(Kv)	Extensão (Km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação comercial	Vencimento da Outorga
TR 500/440 kV RIBEIRAO PRETO	2	500/440	--	2400	18/09/2009	20/04/2037



POÇOS DE CALDAS

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Linhas de Transmissão em Operação - Características financeiras – Projetos de Linhas

Linhas de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ Mil)	RAP Proporc. (R\$ Mil)	Ano de degrau da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
LT PCTE	PCTE	38.993	38.993	2022	Junho	IPCA

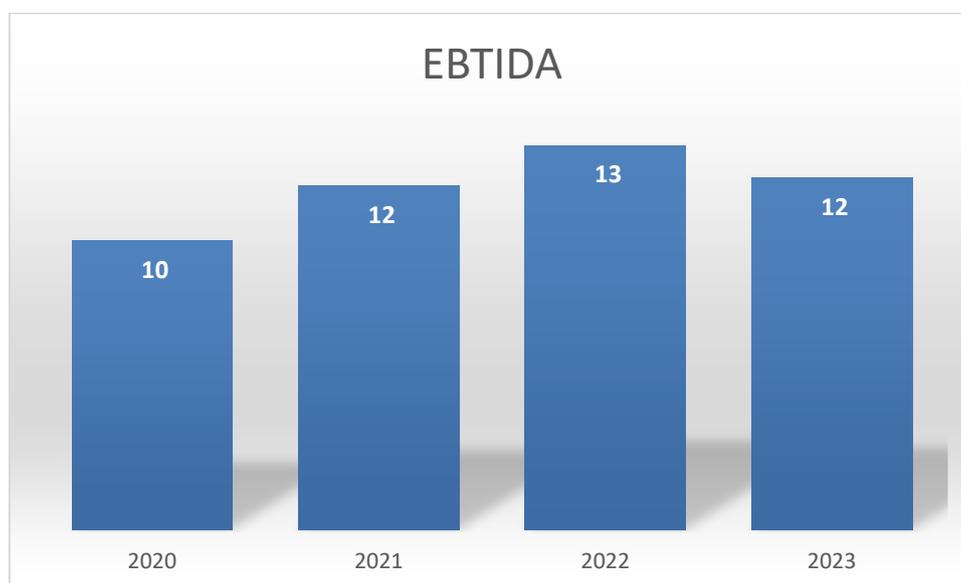
Em vista das linhas em operação, da entrada em operação comercial das linhas em construção, inclusive dos novos reforços com respectiva RAP e autorizados pela ANEEL e dos projetos vencidos mediante licitação, a RAP esperada - sem considerar novos projetos é de R\$ 23,2 milhões para 2024 (redução de 40% em relação a 2023) e de R\$ 24,1 milhões para 2025 (evolução de 4% em relação a 2024), conforme quadro a seguir:

2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
51.215	38.993	23.255	24.119	24.963	25.837	26.741

Desempenho econômico-financeiro

Em 2023, o lucro líquido foi de R\$ 33 milhões, contra R\$ 27 milhões em 2022, um crescimento de 26%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 54 milhões, enquanto em 2022 situou-se em R\$ 49 milhões. Esse aumento de 10 % resulta do resultado da receita de encargos de transmissão que em 2023 aumento de 9%.

A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 13% contra 9% em 2022. O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 12 milhões, inferior em 8 % a 2022, que foi de R\$ 13 milhões, conforme evolução abaixo:



Serviços de Auditoria Externa

Em 2023 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes.



POÇOS DE CALDAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente.

Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia Exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de auditoria Externa	
Auditor Independente (Em R\$ Mil)	2023
KPMG Auditores Independentes	35
Total	35

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 01 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	34.688	59.226
Concessionárias e permissionárias	9	20.048	7.128
Contas a receber - partes relacionadas	26	747	6.619
Almoxarifado	10	1.723	1.910
Adiantamento a fornecedores		45	34
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		93	82
Outros impostos a recuperar		-	9
Outros ativos circulantes		503	730
		<u>57.847</u>	<u>75.738</u>
Ativo não circulante			
Outros ativos não circulantes	11	660	878
Imobilizado não vinculado à concessão	12	278	408
Imobilizado	12	197.839	206.063
Intangível	13	13.391	13.384
		<u>212.168</u>	<u>220.733</u>
Total do ativo		<u><u>270.015</u></u>	<u><u>296.471</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros	14	418	1.023
Fornecedores - partes relacionadas	26	1.116	804
Obrigações sociais e trabalhistas	15	1.807	1.764
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.154	971
Outros impostos a pagar		1.169	638
Taxas regulamentares	16	849	1.432
Dividendos propostos		154	-
		<u>6.667</u>	<u>6.632</u>
Passivo não circulante			
Outras provisões - compensação ambiental		119	114
Provisão para contingências	17	416	637
		<u>535</u>	<u>751</u>
Patrimônio líquido	18		
Capital social		189.678	446.678
Reserva Legal		812	-
Reserva de Lucros		15.272	-
Lucro (prejuízo) acumulado		57.051	(157.590)
		<u>262.813</u>	<u>289.088</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>270.015</u></u>	<u><u>296.471</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	19	53.840	48.987
Custo da operação	20	<u>(20.459)</u>	<u>(19.895)</u>
Lucro bruto		33.381	29.092
Despesas gerais e administrativas	21	(2.267)	(4.031)
Outras despesas/receitas operacionais		<u>(1.003)</u>	<u>(842)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		30.111	24.219
Resultado financeiro	23	8.349	5.830
Receita financeira		8.455	6.071
Despesa financeira		(106)	(241)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		38.460	30.049
IRPJ e CSLL correntes	24	(4.961)	(3.483)
Lucro líquido do exercício		<u>33.499</u>	<u>26.566</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	<u>33.499</u>	<u>26.566</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes	<u>33.499</u>	<u>26.566</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	446.678	-	-	(184.156)	262.522
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	26.566	26.566
Saldo em 31 de dezembro de 2022	446.678	-	-	(157.590)	289.088
Absorção do prejuízo com a redução de capital social (Nota explicativa 18)	(197.380)	-	-	197.380	-
Redução de capital social com capital restituído.(Nota explicativa 18)	(59.620)	-	-	-	(59.620)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	33.499	33.499
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 18)	-	812	-	(812)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 18)	-	-	-	(154)	(154)
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros (Nota explicativa 18)	-	-	15.272	(15.272)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	189.678	812	15.272	57.051	262.813

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício antes dos impostos		38.460	30.049
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciação e amortização	12/ 13	10.402	10.367
Reversão de depreciação acumulada por obsolescência	12/ 13	(1)	(139)
Baixa de imobilizado e intangível	12/ 13	-	182
Provisão para perda de crédito esperada	9	(6)	281
Provisão para contingência	17	(221)	540
Atualização monetária - Compensação ambiental		5	(7)
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(12.914)	(2.455)
Contas a receber - partes relacionadas		5.872	(5.912)
Imobilizado e intangível	12/ 13	647	5
Almoxarifado		187	34
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(11)	-
Outros impostos a recuperar		9	(9)
Adiantamentos a fornecedores		(11)	40
Outros ativos		445	4.127
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores – terceiros		(605)	664
Fornecedores – partes relacionadas		312	(494)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(1.832)	(1.102)
Outros impostos a pagar		2.387	2.100
Taxas regulamentares		(583)	388
Outros impostos pagos		(1.856)	(2.027)
Obrigações sociais e trabalhistas		43	554
Fluxo de caixa gerado líquido gerado pelas atividades operacionais		40.729	37.186
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(2.946)	(1.791)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		37.783	35.395
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	12/13	(2.701)	(1.791)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(2.701)	(1.791)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital	18	(59.620)	-
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(59.620)	-
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(24.538)	33.604
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		59.226	25.622
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		34.688	59.226

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. (“PCTE” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1512, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais, localizadas em Araporã no Estado de Minas Gerais e em Rosana no Estado de São Paulo.

A Companhia iniciou suas operações em 21 de maio de 2009 e 01 de julho de 2009 tem por objeto a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

A Cobra Instalaciones y Servicios S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 005/2006, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 3 de abril de 2007 foi publicado no Diário Oficial de 4 de abril de 2007.

No dia 20 de abril de 2007, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 002/2007-ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

- (i) Instalações de transmissão em 500/440 KV, composta pela linha de transmissão 500 KV com origem na Subestação Jaguará e término na Subestação Estreito, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 53 km, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 46 km devido à característica do local em que a linha foi implantada; pela linha de transmissão 500 KV com origem na Subestação Estreito e término na Subestação Ribeirão Preto, ambas no Estado de São Paulo, com circuito simples e com extensão aproximada de 118 km; e pela linha de transmissão 500 KV com origem na Subestação Ribeirão Preto com autotransformadores com transformação 500/440 KV, no Estado de São Paulo e término na Subestação Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 137 km
- (ii) Entradas de linhas 500 KV na Subestação Jaguará, 500 KV na Subestação Estreito pela interligação de barras, 500 KV na Subestação Ribeirão Preto por reatores de barra, autotransformadores com transformação 500/440 KV e interligação de barra e 500 KV na Subestação Poços de Caldas e respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$23.430 (vinte e três milhões, quatrocentos e trinta mil reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 47.207 (quarenta e sete milhões, duzentos e sete mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 55.222 (cinquenta e cinco milhões, duzentos e duzentos e vinte e dois mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Em 04 de julho de 2023, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 22.763 (vinte e dois milhões, setecentos e sessenta e três reais) para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

1.4 Revisão Tarifária Periódica

Em 21 de Junho de 2022 , a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.050/2022 , homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 385,83%, devendo ser aplicados sobre as parcelas das novas instalações da Rede Básica – RBNI, das Demais Instalações de Transmissão autorizadas – RCDM, das Melhorias – RMEL. E o índice de reposicionamento nominal de 16,8% ,relativos às receitas ofertadas no Leilão devendo ser aplicados sobre as parcelas das instalações da Rede Básica – RBL e, quando for o caso, sobre as Demais Instalações de Transmissão – RPEC.

A revisão tarifária periódica é feita a cada 5 anos.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram autorizadas pela Administração em 29 de abril de 2023.

2.2 Uso das estimativas e julgamentos

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para

determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

3.1 Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações contábeis regulatórias. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações contábeis regulatórias. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 4 Principais Práticas contábeis regulatórias (2022: Resumo das práticas contábeis regulatórias) e 5 Resumo das práticas contábeis materiais em determinados casos, de acordo com as alterações.

4 Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias apresentadas nas páginas 18 a 25, exceto quanto ao se estabelece abaixo:

4.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resolução vigente emitida pela ANEEL.

Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 12 – Imobilizado e 13 – Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo “Em serviço” correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

4.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

5 Resumo das práticas contábeis materiais (regulatórias e societárias)

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

5.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da empresa o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

5.3 Almojarifado

Os almojarifados são compostos essencialmente por materiais de almojarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício e máquinas equipamentos para substituição do ativo imobilizado que são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

O custo do almojarifado é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para almojarifados de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

5.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

5.5 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%.

Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% e 32% para IRPJ e 12% e 32% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

5.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

5.8 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja

requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

5.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

5.10 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

- **Classificação e mensuração** - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** – O CPC 48 utiliza o modelo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com

exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

- (ii) Baixa de ativos financeiros – A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

5.11 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo como CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5.12 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras regulatórias da companhia.

- (a) **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)**

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

- (b) **Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)**

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

(c) Outras normas Contábeis:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias

7 Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3,4 e 5 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		57.847	22.314	80.161	75.738	35.007	110.745
Caixa e equivalentes de caixa		34.688	-	34.688	59.226	-	59.226
Concessionárias e permissionárias		20.048	-	20.048	7.128	-	7.128
Contas a receber - partes relacionadas		747	-	747	6.619	-	6.619
Almoxarifado		1.723	-	1.723	1.910	-	1.910
Adiantamentos a fornecedores		45	-	45	34	-	34
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		93	-	93	82	-	82
Outros impostos a recuperar		0	-	0	9	-	9
Ativo de contrato	a	-	22.314	22.314	-	35.007	35.007
Outros ativos circulantes		503	-	503	730	-	730
Ativo não circulante		212.168	(68.253)	143.915	220.733	(61.862)	158.871
Ativo de contrato	a	-	142.808	142.808	-	157.199	157.199
Outros ativos não circulantes		660	-	660	878	-	878
Imobilizado não vinculado à concessão		278	-	278	408	-	408
Imobilizado	b	197.839	(197.677)	162	206.063	(205.684)	379
Intangível	b	13.391	(13.384)	7	13.384	(13.377)	7
		270.015	(45.939)	224.076	296.471	(26.855)	269.616

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023

	31/12/2023			31/12/2022		
Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo circulante	6.667	-	6.667	6.632	-	6.632
Fornecedores terceiros	418	-	418	1.023	-	1.023
Fornecedores partes relacionadas	1.116	-	1.116	804	-	804
Obrigações sociais e trabalhistas	1.807	-	1.807	1.764	-	1.764
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.154	-	1.154	971	-	971
Outros impostos a pagar	1.169	-	1.169	638	-	638
Taxas regulamentares	849	-	849	1.432	-	1.432
Dividendos propostos	154	-	154	-	-	-
Passivo não circulante	535	11.112	11.647	751	12.935	13.686
Outras provisões – compensação ambiental	119	-	119	114	-	114
Provisão para contingências	416	-	416	637	-	637
Impostos diferidos	-	11.112	11.112	-	12.935	12.935
Patrimônio líquido	262.813	(57.051)	205.762	289.088	(39.790)	249.298
Capital social	189.678	-	189.678	446.678	-	446.678
Reserva de lucros	15.272	-	15.272	-	-	-
Reserva legal	812	-	812	-	-	-
Prejuízo acumulado	57.051	(57.051)	-	(157.590)	(39.790)	(197.380)
	270.015	(45.939)	224.076	296.471	(26.855)	269.616

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	53.840	(26.097)	27.743	48.987	(19.880)	29.107
Custo da operação	e	(20.459)	8.001	(12.458)	(19.895)	8.807	(11.088)
Lucro bruto		33.381	(18.096)	15.285	29.092	(11.073)	18.019
Despesas gerais e administrativas		(2.267)	-	(2.267)	(4.031)	-	(4.031)
Outras despesas operacionais		(1.003)	-	(1.003)	(842)	-	(842)
Resultado antes do resultado financeiro		30.111	(18.096)	12.015	24.219	(11.073)	13.146
Resultado financeiro		8.349	-	8.349	5.830	-	5.830
Receita financeira		8.455	-	8.455	6.071	-	6.071
Despesa financeira		(106)	-	(106)	(241)	-	(241)
Lucro antes dos impostos					30.049	(11.073)	18.976
IRPJ e CSLL correntes		(4.961)	-	(4.961)	(3.483)	-	(3.483)
IRPJ e CSLL diferidos	c	-	834	834	-	635	635
Lucro do exercício		33.499	(17.262)	16.237	26.566	(10.438)	16.128

7.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido societário	205.762	249.298
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(165.122)	(192.206)
Imobilizado	197.677	205.684
Intangível	13.384	13.377
Impostos diferidos passivos	11.112	12.935
Patrimônio Líquido regulatório	262.813	289.088

7.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) conforme contabilidade societária	16.237	16.128
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato CPC 47	(7.933)	(8.973)
Margem de construção	38.600	34.859
Outras receitas	(3.582)	(5.253)
PIS/COFINS Diferido	(989)	(753)
Depreciação regulatória	(10.240)	(10.221)
Custo de Operação e Manutenção	2.239	1.415
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(833)	(636)
Lucro líquido regulatório	33.499	26.566

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b. *Imobilizado e intangível*

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c. *Impostos diferidos*

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d. *Receita*

- (a) **Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (b) **Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
- (c) **Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 4.2.

e. Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Banco	246	389
Aplicações financeiras (i)	34.442	58.837
	34.688	59.226

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração média em 2023 atrelada à taxa de 103,44% e em 2022 atrelada à taxa de 102,34% do CDI. A variação negativa no caixa da Companhia refere-se principalmente a redução de capital aprovada pela ANEEL e realizada no mês de setembro no valor de R\$ 59.600 (cinquenta e nove milhões, seiscentos mil reais).

9 Concessionárias e permissionárias

Todos os todos clientes da Companhia são classificados como industriais ou estão envolvidos na prestação de serviços diretamente relacionados à indústria.

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer (i)	18.951	5.000
Vencidas até 30 dias	17	256
Vencidas até 60 dias	1	241
Vencidas até 90 dias	265	243
Vencidas até 120 dias	142	2
Vencidas até 180 dias	68	276
Vencidas há mais de 180 dias (i)	903	1.415
	20.347	7.433
Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE) (ii)	(299)	(305)
	20.048	7.128

- (ii) Variação refere-se principalmente à provisão em 2022 das faturas de Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.
 (iii) A Companhia não possui títulos renegociados em sua composição do saldo de contas a receber.

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(305)	(24)
Reversão	12	10
Complemento de provisão (i)	<u>(6)</u>	<u>(291)</u>
Saldo final	<u>(299)</u>	<u>(305)</u>

- (i) A movimentação refere-se principalmente ao AVC complementar do grupo Quinturaré, que foi provisionado em 2022 e ainda não foi recebido.

10

10 Almojarifado

As peças de almojarifado são consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do ano

	31/12/2023	31/12/2022
Almojarifado de manutenção e operação (i)	<u>1.723</u>	<u>1.910</u>
	<u>1.723</u>	<u>1.910</u>

- (i) Nesse grupo são classificadas as peças de almojarifado consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício.

11 Outros ativos não circulantes

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais trabalhistas	33	30
Reembolsos (i)	<u>627</u>	<u>848</u>
	<u>660</u>	<u>878</u>

- (i) Variação refere-se principalmente ao recebimento de processos judiciais das companhias Gemini e Isolux, conforme acordo entre as partes.

12 Imobilizado

a. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	325.284	-	-	529	325.813	529	(141.706)	184.107	193.812
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.136	-	-	210	3.346	210	(1.557)	1.789	1.694
Máquinas e equipamentos	320.271	-	-	115	320.386	115	(138.902)	181.484	191.319
Veículos	1.809	-	-	201	2.010	201	(1.190)	820	783
Móveis e utensílios	68	-	-	3	71	3	(57)	14	16
Administração	128	-	(32)	92	188	60	(59)	129	98
Edificações, obras civis e benfeitorias	32	-	(32)	-	-	(32)	-	-	31
Máquinas e equipamentos	96	-	-	92	188	92	(59)	129	67
	325.412	-	(32)	621	326.001	589	(141.765)	184.236	193.910
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	11.874	2.662	(436)	(529)	13.571	1.697	-	13.571	11.874
Edificações, obras civis e benfeitorias	27	210	-	(210)	27	-	-	27	27
Máquinas e equipamentos	1.181	75	-	(73)	1.183	2	-	1.183	1.181
Veículos	-	221	-	(201)	20	20	-	20	-
Móveis e utensílios	3	-	-	(3)	-	(3)	-	-	3
Outros	10.693	2.156	(436)	(42)	12.341	1.678	-	12.341	10.663
Administração	279	23	(178)	(92)	32	(247)	-	32	279
Máquinas e equipamentos	101	23	-	(92)	32	(69)	-	32	101
Outros	178	-	(178)	-	-	(178)	-	-	178
	12.153	2.685	(614)	(621)	13.603	1.450	-	13.603	12.153
Ativo imobilizado	337.565	2.685	(646)	-	339.604	2.039	(141.765)	197.839	206.063

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023

Ativo não vinculado	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	<u>1.341</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.341</u>	<u>-</u>	<u>(1.063)</u>	<u>278</u>	<u>408</u>
Ativo não vinculado	<u>1.341</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.341</u>	<u>-</u>	<u>(1.063)</u>	<u>278</u>	<u>408</u>

b. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	2023		2022	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	7,81%	325.813	(141.706)	184.107	193.812
Administração	7,51%	188	(59)	129	98
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	1.341	(1.063)	278	408
		327.342	(142.828)	184.514	194.318

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%
Imobilizado não vinculado à concessão (i)	
Máquinas e equipamentos	10,00%

- (i) O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

12.2 A composição das adições do ativo imobilizado por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Material/ Equipamentos
Transmissão	
Edificações	210
Máquinas e Equipamentos	75
Veículos	221
Projetos - diversos	2.156
Total das adições	2.662

Adições do ativo imobilizado em curso	Material/ Equipamentos
Administração	
Máquinas e Equipamentos	23
Total das adições	23

12.3 As principais adições / transferências (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço em 2023

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. VEICULO UTILITARIO MEDIO - STRADA FREEDOM 1.3 FLEX - CHASSI: 9BD281BKRRYE46152	VEICULOS	100
2. VEICULO UTILITARIO MEDIO - STRADA FREEDOM CD 1.3 FLEX	VEICULOS	100
3. MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 5420 (CORE I5-1145G7, RAM 16GB, M.2 SSD 512GB, WIFI AX201, HD, BAT. 3 CEL, ABSOLUTE CONTROL OTB MMCLA 1A, CARBON BLACK NEXT GEN ANTIV 1A, OFFICE H&B 21, WIN10PRO(INCW11PROLIC)BR PT)	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	87
4. DJI MAVIC 3 COMBO PLUS	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	29
5. LAVADORA ALTA PRESSAO ULTRA WASH UWS31 PRETO 220V CEST: 21.099.00	MOVEIS E UTENSILIOS	4
Total das adições		320

Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 5420 (CORE I5-1145G7, RAM 16GB, M.2 SSD 512GB, WIFI AX201, HD, BAT. 3 CEL, ABSOLUTE CONTROL OTB MMCLA 1A, CARBON BLACK NEXT GEN ANTIV 1A, OFFICE H&B 21, WIN10PRO(INCW11PROLIC)BR PT)	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	87
2. CONJUNTO DELL PRO WIRELESS COMPOSTO POR TECLADO E MOUSE KM5221W	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	3
3. TRAVA DE SEGURANCA COM CADEADO KENSINGTON N17	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2
Total das adições		92

12.4 As principais baixas (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2023

No exercício de 2023 não foram realizadas baixas de ativos imobilizado em serviço, somente compensações de adiantamento a fornecedores incorridos durante a fase construção.

13 Intangível

a. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixa (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	13.423	-	-	-	13.423	-	(119)	13.304	13.309
Servidões	13.297	-	-	-	13.297	-	-	13.297	13.297
Softwares	126	-	-	-	126	-	(119)	7	12
Administração	82	-	-	2	84	2	(76)	8	9
Servidões	5	-	-	2	7	2	(3)	4	3
Softwares	77	-	-	-	77	-	(73)	4	6
	13.505	-	-	2	13.507	2	(195)	13.312	13.318
Ativo intangível em curso									
Transmissão	66	13	-	-	79	13	-	79	66
Softwares	66	13	-	-	79	13	-	79	66
Administração	-	2	-	(2)	-	-	-	-	-
Softwares	-	2	-	(2)	-	-	-	-	-
	66	15	-	(2)	79	13	-	79	66
Ativo Intangível	13.571	15	-	-	13.586	15	(195)	13.391	13.384

b) Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%)	2023		2022	
		Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão (i)	0,15%	13.423	(119)	13.304	13.309
Administração (i)	10,00%	84	(76)	8	9
		<u>13.507</u>	<u>(195)</u>	<u>13.312</u>	<u>13.318</u>

- (i) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

13.1 A composição das adições do ativo intangível por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do Intangível em curso	Outros gastos
Transmissão	
Software	13
Total das adições	13
Administração	
Software	2
Total das adições	2

13.2 As principais adições/ transferências (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2023

Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. LICENÇA DE USO CESSAO E BASE DE DADOS	SOFTWARE	2
Total das adições		2

13.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2023

No exercício de 2023 não foram realizadas baixas de ativos intangível em serviço.

14 Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores relacionados à construção	335	83
Gastos ambientais e fundiários	16	24
Prestadores de serviços	51	60
Fornecedores de imobilizado - operação (i)	-	661
Outros	16	195
	<u>418</u>	<u>1.023</u>

- (i) Variação refere-se principalmente a fornecimento de Registradores Digitais de Perturbação, para subestação de Ribeirão Preto e retificadores de telecomunicação e banco de baterias, que foi liquidado ao longo de 2023.

15 Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de Férias	712	708
Provisão de Bônus (i)	964	940
Tributos retidos	130	113
Outros	1	3
	<u>1.807</u>	<u>1.764</u>

- (i) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program).

16 Taxas regulamentares

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	252	58
CDE a pagar - (ii)	7	306
Taxa de fiscalização (TFSEE) (iii)	23	-
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iv)	567	1.068
	<u>849</u>	<u>1.432</u>

- (i) **RGR**
Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 04 de agosto de 2023, através do Despacho nº 2.737 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 148 (cento e quarenta e oito mil reais).

- (ii) **CDE**

Conforme disposto na Resolução ANEEL 929/2021, as transmissoras de energia elétrica devem destinar 0,12% da ROL à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE até 31/12/2025. A CDE é um fundo do setor elétrico que tem como objetivo o desenvolvimento energético do país. A partir de 01/01/2026 este percentual será revertido para a execução de projetos de P&DI.

(iii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 20 de julho de 2023, através do Despacho nº 2.469 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas as competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 82 (oitenta e dois mil reais).

(iv) P&D

Conforme a Resolução Aneel 929 de 2021, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento da ANELL, sendo 0,28% para projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

Variação é referente essencialmente a encerramento de projetos de gestão tendo impacto de R\$ 412 (quatrocentos e doze mil reais).

17 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos envolvendo questões de servidão, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Servidões (i)	416	637
	<u>416</u>	<u>637</u>

Nesse sentido, a movimentação do Saldo de Provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Servidões
Saldo em 31 de dezembro de 2022	637
Adições e reversões, líquidas	(281)
Atualizações monetárias	60
Saldo em 31 de dezembro de 2023	416

	Servidões
Saldo em 31 de dezembro de 2021	97
Adições e reversões, líquidas	540
Saldo em 31 de dezembro de 2022	637

- (i) **Servidão:** A variação decorre da decisão favorável a companhia proferida em março de 2023 no processo 1552185-24.2008.8.13.0518, no valor de R\$ 407 (quatrocentos e sete reais mil reais) onde o magistrado decidiu pela homologação dos cálculos apresentados pela contadoria judicial reduzindo consideravelmente o risco envolvido.

Contingências possíveis (não provisionadas)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos trabalhistas, ambientais, fiscais e cível, conforme segue:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhista (i)	-	221
Ambiental (ii)	5.114	4.912
Fiscal (iii)	25.623	22.147
Fundiário (iv)	692	467
	31.429	27.747

- (i) **Trabalhistas:** Referem-se à reclamação trabalhista movida em desfavor da Companhia, que tramita junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Estado de São Paulo, Processo 0010404-27.2021.5.15.0004, no valor de R\$ 234.617 (duzentos e trinta e quatro mil, seiscentos e dezessete reais) e na qual se discute verbas contratuais legais, parcelas indenizatórias e outras. A variação é referente a mudança de classificação de possível para remoto, uma vez que o caso foi julgado favorável à Companhia.
- (ii) **Ambientais:** Aumento do risco possível se deve a alteração de exposição de três casos. São os Processos 02001.001571/2017-33, no valor de R\$ 2.404. (dois milhões, quatrocentos e quatro mil, reais), 02027.000945/2011-10, no valor de R\$ 1.025 (um milhão, vinte e cinco mil reais) e 02001.001572/2017-88, no valor de R\$ 1.684 (um milhão, seiscentos e oitenta e quatro mil reais), que tramitam pelo IBAMA, nos quais se discute suposto descumprimento de condicionantes e nos quais se aguarda decisão final administrativa de mérito.
- (iii) **Fiscais:** A alteração do risco possível se deve a atualização monetária dos processos administrativos 15586.720028/2020-52, no valor de R\$ 14.206 (quatorze milhões, duzentos e seis mil reais) e 15586.720.029/2020-05, no valor de R\$ 10.973 (dez milhões, novecentos e setenta e três mil reais), nos quais se discute a desconstituição de autos de infração lavrados para prevenir decadência do direito do Fisco de constituir créditos tributários envolvendo IRPJ e CSLL. Os dois casos tramitam na Receita Federal, no Estado do Espírito Santo, e aguardando decisão final de mérito.
- (iv) **Fundiários:** A variação decorreu de atualização monetária no Processo 0000137-88.2008.8.26.0070, no valor de R\$ 225 (duzentos e vinte e cinco mil reais), que tramita perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na comarca

de Batatais, no qual se discute a constituição de servidão de passagem para linha de transmissão. Aguarda-se decisão final de mérito.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 446.678 (quatrocentos e quarenta e seis milhões, seiscentos e setenta e oito mil reais), dividido em 446.678 (quatrocentos e quarenta e seis milhões, seiscentos e setenta e oito mil) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada.

Tendo em vista o excesso de capital e os prejuízos acumulados apurados nas demonstrações financeiras com data base em 31 de dezembro de 2022, os Acionistas decidiram reduzir R\$ 257.000 (duzentos e cinquenta e sete milhões de reais), pelo cancelamento de 257.000 (duzentos e cinquenta e sete milhões) de ações ordinárias nominativas, em conformidade com o artigo 173 da lei nº 6.404/76. Desse montante, R\$ 197.380 (cento e noventa e sete milhões, trezentos e oitenta mil reais) foi absorvido ao prejuízo acumulado e R\$ 59.620 (cinquenta e nove milhões, seiscentos e vinte mil reais) foi reduzido ao capital constituído.

Dessa forma, o capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 passou a ser R\$ 189.678 (cento e oitenta e nove milhões, seiscentos e setenta e oito mil reais), representado por 189.678 (cento e oitenta e nove milhões, seiscentos e setenta e oito mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal com preço de emissão de R\$ 1 (um real) cada.

A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2023 e 2022
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	<u>0,01%</u>
	<u>100%</u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício societário, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

Conforme demonstração financeira societária, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível o montante de R\$ 15.272 (quinze milhões, duzentos e setenta e dois mil reais) para pagamentos futuros, conforme determinação das Acionistas, de acordo com a proposta de orçamento de capital aprovada.

d. Lucros / (prejuízos) acumulados

Conforme demonstrado na nota explicativa 7, as diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias impactam diretamente na apuração do resultado da Companhia resultando num lucro acumulado de R\$ 57.051 (cinquenta e sete milhões, cinquenta e um mil reais) em 31 de dezembro de 2023 e um prejuízo acumulado de R\$ 157.590 (cento e cinquenta e sete milhões, quinhentos e noventa mil reais) em 31 de dezembro de 2022 nas demonstrações financeiras regulatórias absorvidos pela retenção de lucros.

e. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício - societário	16.238	16.128
Absorção de prejuízo	-	(16.128)
Base para reserva legal	<u>16.238</u>	-
Reserva legal (5%)	<u>(812)</u>	-
Base de cálculo para os dividendos	<u>15.426</u>	-
Dividendo mínimo obrigatório	<u>154</u>	<u>-</u>

19 Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta (i)	<u>58.162</u>	<u>52.870</u>
Receita de rateio de antecipação	(606)	(1.267)
Receita de encargos de transmissão	56.011	51.396
Recuperação de PIS e COFINS	1.462	1.896
Receita de novas obras RBNI	111	66
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(1.427)	(1.519)
Indisponibilidade de equipamentos (ii)	67	(275)
Outras receitas de operação	-	4
Descontos Incidentes na TUST	2.544	2.569
Deduções da receita operacional	<u>(4.322)</u>	<u>(3.883)</u>
PIS	(378)	(344)
COFINS	(1.743)	(1.588)
P&D	(538)	(490)
RGR	(1.519)	(1.270)
TFSEE	<u>(144)</u>	<u>(191)</u>
	<u>53.840</u>	<u>48.987</u>

- (i) Variação referente ao reajuste do ciclo realizado em Julho/2023.
- (ii) Variação decorrente de estorno da provisão estimada em 2022 devido a indisponibilidade de equipamentos e que a que recorremos e que Aneel acatou o recurso e o valor foi estornado em 2023.

20 Custo da operação

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal (i)	(6.558)	(6.349)
Material	(1.271)	(866)
Serviços de terceiros	(1.292)	(1.510)
Arrendamentos e aluguéis	(114)	(157)
Seguros	(171)	(141)
Tributos	(10)	(2)
Depreciação e amortização	(10.240)	(10.221)
Comunicação e telecomunicação	(92)	(60)
Outros	(711)	(589)
	(20.459)	(19.895)

(i) Variação refere-se principalmente a dissídio e méritos.

21 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal (i)	(1.836)	(2.817)
Material	(50)	(77)
Serviços de terceiros	(347)	(487)
Arrendamentos e aluguéis	(144)	(130)
Seguros	(2)	(2)
Provisão/reversão (ii)	5	(281)
(-) Recuperação de Despesas	388	78
Tributos	(25)	(33)
Depreciação e amortização	(31)	(14)
Outras	(225)	(268)
	(2.267)	(4.031)

(ii) A variação ocorreu devido as companhias XRTE e STE entraram no cálculo da Res. 699 em julho/2022, conforme explicação na nota de partes relacionadas.

(iii) A movimentação refere-se principalmente ao AVC complementar do grupo Quinturará, que foi provisionado em 2022 e ainda não foi recebido.

22 Despesa com pessoal

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal - operação		
Remuneração	(4.067)	(4.072)
Encargos	(1.437)	(1.380)
Previdência privada	(60)	(52)
Outros Benefícios - Corrente	(981)	(810)
Outros	(12)	(35)
	(6.558)	(6.349)

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal - administração		
Remuneração	(793)	(1.122)
Encargos	(266)	(435)

Previdência privada	(18)	(23)
Benefícios	(148)	(204)
Outros	(56)	(253)
Administradores	(555)	(781)
	<u>(1.836)</u>	<u>(2.817)</u>
	<u>(8.394)</u>	<u>(9.166)</u>

23 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira	8.455	6.071
Receitas de aplicações financeiras (i)	8.443	4.851
Outras receitas financeiras	12	1.220
Despesa financeira	(106)	(241)
Outras despesas financeiras	(106)	(241)
	<u>8.349</u>	<u>5.830</u>

- (i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função do aumento de valores aplicados no exercício de 2023 referente a sobra de caixa conforme mencionado na nota explicativa 8.

24 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro presumido)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas brutas (i)	58.094	52.938
Base de cálculo (8%)	4.647	4.235
Outras receitas	9.358	5.544
Base de cálculo	14.006	9.779
IR devido	(3.477)	(2.421)
Ajuste de provisão IR referente a anos anteriores	(10)	6
Total de IRPJ	(3.487)	(2.415)
Receitas brutas (i)	58.094	52.938
Base de cálculo (12%)	6.971	6.353
Outras receitas	9.358	5.544
Base de cálculo	16.329	11.897
CSLL devida	(1.470)	(1.071)
Ajuste de provisão CSLL referente a anos anteriores	(4)	3
Total de CSLL	(1.474)	(1.068)
Total de IRPJ/CSLL	(4.961)	(3.483)

- (i) A Companhia tributa as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC) e a natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, sendo este serviço remunerado por meio da RAP.

25 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando

segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 25.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

25.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	34.688	59.226
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	26	747	6.619
Concessionárias e permissionárias	9	20.048	7.128
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - terceiros	14	418	1.023
Fornecedores - partes relacionadas	26	1.116	804

25.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às

oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxas de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	34.688	59.226
Contas a receber partes relacionadas	747	6.619
Concessionária e Permissionárias	20.048	7.128

c. Risco cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esse risco, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

26 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

26.1 Ativo

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	<u>747</u>	<u>6.619</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	746	808
Outros (iii)	1	5.811
Intercompany BMTE - Aluguel	1	1
Intercompany ETEE - Despesas de pessoal	-	26
Intercompany SGBH - Reembolso Gemini (ii)	-	5.784

26.2 Passivo

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - partes relacionadas	<u>1.116</u>	<u>804</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.116	804
		-

26.3 Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado - partes relacionadas	<u>(719)</u>	<u>(1.924)</u>
Aluguel (iii)	(128)	(118)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	(591)	(1798)
Serviços de engenharia SGSE (iv)	-	(8)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em Abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022.
- (ii) Por meio do contrato de compra e venda da Companhia, os vendedores se comprometeram a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais relacionadas à Companhia, conforme termos e condições previstos no Contrato. Diante disso, a Companhia efetuou o registro de direito a reembolso para as despesas jurídicas pagas, com aviso de débito à vendedora, visto que estas estão suportadas pelo Contrato. Porém, a vendedora não realizou o reembolso destas despesas realizadas pela companhia ao longo dos anos. Em 2022, foi realizado um acordo, entre a vendedora e a controladora SGBH, que recebeu todas as despesas pagas, em nome de suas controladas. A SGBH então, está ressarcindo controladas de acordo com os avisos de débito emitidas na época.

- (iii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio
- (iv) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023.

26.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	242	303
Benefícios diretos e indiretos	41	53
Encargos	119	180
Provisões (13 salário, férias e bônus)	153	245
Valor total da remuneração	<u>555</u>	<u>781</u>

- (*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bônus.

27 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

28 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	160.437	160.437
Veículos	Carros	<u>1.654</u>	<u>1.587</u>

Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023

182.091

182.024

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Bauer

Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa

Contadora - CRC RJ - 103573/O-2